

Anarquistas e a Revolta na Revolução Russa: Nestor Makhno

NATALIA MONZÓN MONTEBELLO

RESUMO: A revolução social anarquista é contraposta à revolução política enquanto outra intensidade de sociabilidade, pautada por experimentações éticas. Na história da Revolução Russa de 1917, com a irrupção libertária de Nestor Makhno, busca-se um ponto de vista analítico que escape à forma Estado do pensamento. Trata-se, aqui, da potencialidade ética de revoltas que dispensam o lugar do poder do Estado, afirmando relações desprovidas de hierarquia e centralização.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução social. Revolução política. Anarquismo.



Anarchists and Uprising in the Russian Revolution: Nestor Makhno

ABSTRACT: The anarchist social revolution is contrasted with the political revolution as another level of intensity in sociability guided by ethical experimentations. In the history of the Russian Revolution of 1917, with the emergence of Nestor Makhno, a search for an analytical point of view that moves away from the State way of thinking takes place. This article focuses on the ethical potential of uprisings that dismiss the State's place of power, affirming relations free of hierarchy and centralization.

KEYWORDS: Social Revolution. Political Revolution. Anarchism.

NATALIA MONZÓN MONTEBELLO

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é professora de Ciência Política na Universidade Estadual do Ceará, coordenadora do Observatório das Nacionalidades e integrante da equipe editorial e Tensões Mundiais. E-mail: natalia.montebello@uece.br.

RECEBIDO EM: 01/10/2017

APROVADO EM: 30/12/2017

(1)

À vida

Não roubarás minha cor
Vermelha, de rio que estua.
Sou recusa: és caçador.
Persegues: eu sou a fuga.

Não dou a minha alma cativa!
Colhido em pleno disparo,
Curva o pescoço o cavalo
Árabe —
E abre a veia da vida.

(Marina Tzvietáieva, 1924)¹

Por mais que aquelas centenas de milhares de pessoas amontoadas num espaço pequeno se empenhassem em estropiar a terra sobre a qual se comprimiam, por mais que atravancassem a terra com pedras para que nela nada crescesse, por mais que arrancassem qualquer capinzinho que conseguisse abrir caminho para brotar, por mais que enfumaçassem o ar com carvão e petróleo, por mais que cortassem árvores e expulsassem todos os animais e os pássaros — a primavera era a primavera, mesmo na cidade. O sol aquecia; a relva crescia, reanimando-se, e reverdejava em toda parte onde não fora arrancada, não só nos gramados dos bulevares, mas também entre as lajes de pedra; e as bétulas, os álamos, as cerejeiras desdobravam suas folhas viscosas e aromáticas, as tílias estufavam os brotos, que rebentavam; as gralhas, os pardais e os pombos, na alegria da primavera, já preparavam os ninhos e as moscas zumbiam junto às paredes, aquecidas pelo sol. Também

¹ Retirado de BLOK *et alli* (2001, p. 220).

estavam alegres as plantas, as aves, os insetos, as crianças. Mas as pessoas — as pessoas crescidas, adultas — não paravam de enganar e atormentar a si mesmas e umas às outras. Achavam que o sagrado e o importante não era aquela manhã de primavera, não era aquela beleza do mundo de Deus, concedida para o bem de todos os seres — beleza que predispunha para a paz, a concórdia e o amor —, mas sim que o sagrado e o importante era aquilo que elas mesmas inventaram a fim de dominarem umas às outras (TOLSTÓI, 2010, p. 19).

Foi em 1881 que Tolstói decidira não mais cobrar pelos direitos autorais de seus escritos. Disparados pela fama já então extraordinária do seu autor, esses escritos passaram a circular em profícuo caos, desde um esperado sem-número de editoras e edições mais e menos cuidadosas, pelo planeta afora, em especial pela sempre ávida Europa ocidental. Mas Tolstói não se importava. Corrigia e reescrevia seus textos com alucinada insistência, empenhado numa beleza de improvável perfeição, alcançada com a ajuda também improvável, e também alucinada, de sua esposa e suas filhas. Escreveu, por exemplo, seis versões integrais de *Ressurreição...* até se dar por satisfeito. Ou talvez tivesse sido a urgência... Por *Ressurreição*, ele cobrou exorbitantes direitos autorais — não para seu proveito, porém. O dinheiro somar-se-ia à também exorbitante quantia arrecadada pela campanha internacional que pouco antes Tolstói, acompanhado, dentre outros, por Piotr Kropotkin, promoveram para livrar os *dukhobors* da sanha czarista. Tratava-se de financiar o traslado e a instalação dos *dukhobors* nas terras oferecidas a eles desde o Canadá. *Ressurreição* começaria a ser publicado na Rússia, em março de 1899, em fascículos, pela revista *Niva*. O romance, que valeria a Tolstói, um ano depois, a excomunhão da Igreja Ortodoxa, em unísono garantiria a emigração de cerca de dez mil integrantes da seita cristã — que existe até hoje em terras canadenses.

Vivendo, desde o século XVIII, em comunidades organizadas sem hierarquias ou centralização, os *dukhobors* negavam toda autoridade política institucional, todo governo e todo Estado — assim como a Bíblia enquanto fonte de uma verdade revelada.

Recusavam-se ao alistamento militar, por um pacifismo radical que se mostrou, como era de se esperar, insuportável. E em 1894, não aderiram ao juramento de fidelidade que o novo czar, Nicolau II, exigiria de todos os seus súditos ao subir ao trono. No ano seguinte, numa única insolente noite de junho, os *dukhobors* fizeram arder suas últimas armas (de defesa) em fogueiras de protesto pela prisão e banimento para terras distantes de alguns de seus membros. Cossacos enfurecidos a mando do czar revidaram com toda a violência legítima que, em toda parte, desenha em sangue aquilo a que se dá a límpida rubrica de razão de Estado. As comunidades dos *dukhobors* foram saqueadas e destruídas e o que delas restou fora confiscado pelo Estado; eles foram torturados, mortos, encarcerados e banidos para os confins do império. Tolstói, que era vigiado de perto pelo mesmo Estado, fez circular em Londres um manifesto anônimo. Mas assinaria seu próximo manifesto, escrito pouco depois, escancarando nele a morte de cerca de 400 *dukhobors* que se encontravam em forçado exílio. Se a radicalidade dos *dukhobors* ganhou tintas de trágica grandeza histórica, não por isso assinala uma excentricidade na Rússia czarista. Ao contrário: no início do século XX, boa parte da população russa não apenas vivia no campo, mas, antes, levava uma vida comunal tradicional, que a mantinha isolada tanto geográfica como culturalmente da vida nos centros urbanos do império.

Num país composto por um caleidoscópio de culturas, para usar a expressão do historiador Daniel Arão Reis Filho (2000), proprietários de terras e camponeses, que compunham 80% da população, habitavam tempos passados, enterrados em tradições e costumes próximos aos que se reconhecem no feudalismo do ocidente europeu. Trata-se de uma vastidão sem tamanho, perdida antes no tempo, na vida comunitária e na própria produção, ainda acontecendo ao ritmo de métodos e técnicas considerados arcaicos em boa parte do planeta daquele período. Se os proprietários de terras insistiam em viver, quase todos, como parasitas de um passado de glórias que não mais podiam bancar, a paisagem geral parecia não dar espaço mais do que a cores e tramas intensas:

Antigas tradições religiosas amarravam com seguros nós esta sociedade agrária, mesclando-se os ritos e as estruturas hierárquicas da Igreja Ortodoxa com os costumes animistas e mágicos da religiosidade popular. Dos mosteiros recolhidos e austeros ao popes embriagados das aldeias havia abismos de cultura, mas também denominadores comuns, construindo identidades, sobretudo, entre os eslavos e entre os russos, em particular. Porque o império era multinacional, abrigando, como se verá, um caleidoscópio de povos, religiões e culturas (REIS FILHO, 2000, p. 38).

E estava o czar, o Paizinho. Dono absoluto de todas as terras e de tudo o que delas se extraísse, o czar era o doador da vida, de quem os camponeses esperavam divina justiça por um divino poder e com quem possuíam profundos laços afetivos, marcados pela esperança, pela fé e por uma tradição que se perdia no tempo, na memória forjada a ferro e medo. A figura do czar repetia-se em imagens e santinhos, nas casas e mãos surradas dos camponeses que lhe devotavam uma obediência ecoada na fortificação hierárquica que o regime havia instituído ao longo de sete séculos. Entre os camponeses e o soberano intermediava uma longa submissão, ancorada, segundo o historiador inglês Richard Pipes (2008), em três instituições: a casa (*dvor*), a aldeia (*deriévnia* ou *sieló*) e a comuna (*mir* ou *obschina*).

Na casa, afiançava-se uma sociedade familiar cristalizada na hierarquia estabelecida a partir do *bolchak*, o pai da família, primeira autoridade autocrática russa, primeiro Paizinho. Á sombra absoluta do *bolchak* viviam sua mulher, suas filhas solteiras, seus filhos casados e suas mulheres e crianças — com ênfase no pronome possessivo, que correspondia absolutamente ao *bolchak* e, depois dele, aos outros homens, cada um deles futuro *bolchak* com a morte do patriarca. Essa primeira autocracia russa, familiar, determinava a ausência de propriedade privada entre os camponeses: tudo era propriedade do *bolchak*. Determinava também a ausência de direitos pessoais: a vida girava em torno e em nome da sociedade familiar, e só. Assim, à época da Revolução Russa, o camponês, segundo Pipes (2008, p. 21), “[...] estava acostumado a viver sob a autoridade arbitrária do *bolchak* e a aceitar a propriedade coletiva

dos meios de produção”. Acostumado à submissão, dirão alguns, mas acostumado também aos primeiros gestos de uma sociedade libertária (propriedade coletiva, ou socialização), dirão e insistirão outros...

A aldeia era chefiada pelo *stárosta*, que ocupava esse posto a mando das autoridades governamentais locais; caracterizava-se, diz Pipes (2008, p. 22), “[...] pela instabilidade e desestruturação”. Existia ainda a comuna ou a associação de camponeses e suas terras. As terras eram distribuídas, e redistribuídas de tempos em tempos, entre as famílias, buscando garantir a cada uma o sustento e o pagamento de impostos. No ano de 1900, quando os *dukhobors* emigraram ao Canadá e refundaram sua vida comunitária radical naquelas novas terras, boa parte do campo russo vivia organizado em comunas. “As fazendas individuais só prevaleciam nos limites do império — no que tinha sido a comunidade polaco-lituana, na Ucrânia, e nas regiões cossacas, no sudeste” (PIPES, 2008, p. 22). Ucrânia, país de uma língua própria, de uma cultura própria, de uma história própria, contando cerca de 40 milhões de habitantes ao iniciar-se o século XX, fora palco e compasso de uma revolução social e de uma resistência singular a uma nova autocracia, a leninista, a bolchevique, a partidária, a ditadura do proletariado instalada no novo império russo, aquele que despontava depois de 1917.

(2)

Como todos no seu tempo e no seu círculo social, Seliénin, com seu desenvolvimento mental, rompeu sem o menor esforço os laços das superstições religiosas em que fora criado e ele mesmo não sabia exatamente quando se libertara. Como um homem sério e honesto, ele não fazia segredo da sua liberdade em relação às superstições da religião oficial, na época de sua primeira juventude, nos tempos de estudante e da sua amizade com Nekhliúdob. Porém, com os anos e com a sua ascensão no serviço público e, principalmente, com a reação conservadora que ocorreu nessa ocasião na sociedade, aquela liberdade espiritual passou a incomodá-lo. Além das relações domésticas, em especial por ocasião

da morte do pai, nas missas pela sua alma, e além de sua mãe fazer questão de que ele confessasse e comungasse, o que de resto era exigido pela opinião pública — também no serviço público, Seliénin era continuamente obrigado a assistir a missas de Ação de Graças, consagrações, bênçãos e a toda sorte de cerimônias religiosas: era raro passar um dia em que não houvesse algum contato com formas exteriores da religião, das quais era impossível fugir. Ao assistir a tais serviços religiosos era preciso das duas uma: ou fingir (o que ele, com seu caráter íntegro, não podia jamais) que acreditava no que não acreditava, ou, reconhecendo que todas aquelas formas exteriores eram mentiras, organizar a sua vida de modo que não fosse necessário participar de algo que considerava mentira. No entanto, para fazer isso, o que podia parecer uma coisa sem importância, era preciso muito mais: além de manter-se em conflito constante com todas as pessoas próximas era preciso também modificar a sua situação por completo, abandonar o serviço público e sacrificar o benefício que ele pensava prestar às pessoas, já então, no desempenho daquelas funções, e que esperava vir a prestar ainda mais no futuro. Para fazer isso, era preciso estar firmemente convicto de sua razão. Ele estava firmemente convicto de sua razão, como não podem deixar de estar convictas da razão do bom senso todas as pessoas instruídas de nossa época que conhecem um pouco de história, conhecem a origem da religião em geral e a origem e a desagregação da religião cristã eclesiástica. Ele não podia deixar de saber que tinha razão ao não reconhecer a veracidade da doutrina da Igreja.

Mas sob a pressão das condições da vida, ele, um homem íntegro, permitiu-se a pequena mentira, que consistia em dizer a si mesmo que, para afirmar que algo absurdo é absurdo, é preciso antes estudar a fundo esse absurdo. Era uma pequena mentira, mas levou-o à grande mentira em que agora estava atolado (TOLSTÓI, 2010, p. 275 - 276).

Em 1905, Nicolau II, um czar fraco, aquém da autoridade que a tradição lhe havia legado, presenciou a já inevitável ruína de seu império. Seus sucessivos e flagrantes erros políticos, estratégicos e administrativos, abriram espaço ao descontentamento geral e a revoltas de diversas índoles e forças, espalhadas pelo império renunciando novos tempos — revoltas que foram torpemente contidas ou negociadas, oscilando entre a repressão e as concessões. Em meio aos primeiros grandes abalos, o regime encarcerara e condenara à morte um jovem camponês ucraniano, Nestor Makhno, então com 19 anos de idade. Sua juventude lhe rendera a comutação da pena em prisão perpétua, a ser cumprida, por conta de sua atribuída extrema periculosidade, na prisão de *Boutyrki*, em Moscou:

Condenado à prisão perpétua, acorrentado, muitas vezes enfermo, oito anos e meio de reclusão não tinham, todavia, abalado minha fé na causa anarquista. Sempre convencido da vitória futura do trabalho livre, da igualdade e da solidariedade sobre a escravidão criada pelo Estado e pelo Capital, eu saía dos *Boutyrki* em 2 de março de 1917 e voltava ao trabalho dois dias mais tarde, em Moscou mesmo, no grupo anarquista de Lefortovo (MAKHNO, 1988, p. 67 - 68).

Logo depois de sair da prisão, Makhno voltou à Ucrânia, desde onde encampou quase fantásticas vitórias militares, muitas vezes em defesa dos bolcheviques, muitas vezes traídas por eles. Sempre a favor de uma ética revolucionária, libertária, que o levaria a afirmar, com a mesma vivacidade que o animava nas batalhas corpo a corpo, uma revolução social que se opunha, sem meio-termo, à tomada do poder pelo partido e à sua assim necessária ditadura. Se Makhno rompeu com Lenin, Trotsky e seus bolcheviques, não foi com ressentimento, mas por reação: ele seguia, muito *avant la lettre* aquela aguda, delicada recomendação que lemos, ou precisamos ainda ler, em texto que Foucault dedica ao *Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Félix Guattari: “Não se apaixonem pelo poder” (FOUCAULT, 1993, p. 199).

Dentre as memórias de sua visita à Rússia bolchevique em 1919, que realizara junto à sua companheira Emma Goldman,

Alexandre Berkman registrou com generoso cuidado suas impressões sobre Makhno no texto que escrevera pouco depois da morte deste, a quem chamava de indomável revoltado, acontecida em 25 de julho de 1934 — e pouco antes do próprio Berkman morrer, em 1935. Nesse texto, Berkman voltava ao seu livro *The Bolshevik Myth*, publicado em 1925, então comovido pela grotesca morte de Makhno: tuberculoso, em incontornável exílio, numa solidão apenas aliviada pela presença amorosa de sua companheira, Galina Kuzmenko. Makhno morreria em Paris, à sombra da perseguição incansável da *Tcheká*, a tenebrosa polícia secreta que a ditadura bolchevique criara em 6 de dezembro de 1917. Em sua visita à Rússia, Berkman seguiu os passos e ouviu as ora esplêndidas ora terríveis histórias que se contavam de Makhno. Se os bolcheviques, no geral, o descreviam como perigoso (novamente perigoso) bandido contrarrevolucionário, atribuindo-lhe baixezas que iam da traição à execução de *pogroms* de judeus, os camponeses ucranianos demonstravam por ele fervoroso carinho, inscrito na lembrança e na insistência de uma revolta que foi antes social do que militar, antes ética do que estratégica — embora militar e estratégica também, e também esplêndida nesse sentido.

Certa vez, enquanto eu falava com um velho mujique, um verdadeiro patriarca com uma longa barba, fui surpreendido ao vê-lo retirar sua *chapka* com um gesto respeitoso quando o nome de Makhno foi pronunciado.

— É um bom e grande homem — disse —, que Deus o proteja. Ele passou por aqui há dois anos, mas eu me lembro como se fosse hoje da forma como se manteve em pé sobre um banco da praça a nos falar. Somos pessoas ignorantes e nunca pudemos compreender os discursos dos bolcheviques quando se dirigiam a nós. Makhno falava nossa língua, simples e direta: “Irmãos”, dizia, “viemos ajudar vocês. Expulsamos os proprietários rurais e seus mercenários e agora estamos livres. Dividam a terra entre vocês com justiça e equidade, e trabalhem como camaradas para o bem de todos”. Um santo homem — concluiu o velho com ardor.

Dirigiu-se ao ícone suspenso num canto da cabana, inclinou-se e benzeu-se; em seguida, virou-se para mim, com toda majestade de uma devota convicção (BERKMAN, 2001, p. 62).

Do ponto de vista da reflexão aqui proposta, interessa repensar, com Makhno, a revolução política diante da revolução social. Enquanto a primeira é norteada por princípios teórico-ideológicos esculpido pela leitura não apenas partidária, mas, antes, personalista, de líderes autocráticos, a revolução social — outra intensidade ou modulação — é diretamente produzida, pensada e vivida sendo norteada também por princípios, embora apresentados e experimentados, social e intelectualmente, como princípios éticos. Makhno, na Ucrânia, disparou uma intensidade revolucionária que, na Rússia de então, encontrava forças em tempos e tradições de um estilo de vida comunal e rural que escapava às previsões utópicas científicas inspiradoras da grande revolução política em curso — da revolução programática, partidária, hierárquica e centralizada:

O anarquismo não é uma doutrina que trata apenas da vida social do Homem, no sentido estrito com que o termo é investido nos dicionários políticos e, por vezes, nas conferências, por parte de nossos oradores propagandistas. É, além disso, um ensinamento que contempla toda a existência do Homem como um indivíduo completo (MAKHNO, 1925, [sem paginação]).

Os anarquistas, em suas multiplicidades intensivas, fora da política partidária e programática, na Rússia e por toda parte, afirmaram com vivacidade uma dimensão ética que é política. Essa dimensão ética dissolve filiações ao Estado, não tanto pela recusa, pela crítica ou pela batalha campal, mas, antes, pela invenção e proliferação de novos costumes, de novas relações livres da forma Estado — a hierarquia e a centralização, a representação e a universalidade. Em 1849, Pierre-Joseph Proudhon (1947) explicitara esse deslizamento semântico-existencial que leva o anarquismo a um limiar da política, escapando às territorialidades institucionais e ideológicas: se o pensamento político, se a política,

desde Aristóteles, acontecia à sombra do enigma acerca de qual o melhor governo, Proudhon (1947) afirma estar interessado em saber como ser mais livre... Como ser mais livre, e não como ser melhor governado. Eis a linha de fuga que dissolve a imanência do Estado — dessa transcendência — no pensamento e nas existências moduladas pela formalidade política.

Se o programa revolucionário e partidário de Lenin e seus bolcheviques interessava-se pelo futuro da revolução, a dimensão, ou melhor, a intensidade revolucionária promovida por Makhno na Ucrânia encontrava força viva na questão antes ética do que formalmente política de como ser mais livre. O bolchevismo apostava num melhor governo, alterando a forma do governo, mas preservando o princípio do Estado. Os anarquistas, que na Rússia czarista afirmaram diversas saídas ao Estado, perderam para os bolchevistas, na maioria dos casos, a voz e a vida, na medida em que abriam mão da organização partidária. Mas se tornaram insuportáveis. Declarados contrarrevolucionários pelos bolcheviques no poder, foram silenciados pelo chumbo, pelo frio infernal dos campos e calabouços do novo sistema ou pelo desterro... quase silenciados... Seguiram insuportáveis, mesmo quando sussurravam, mesmo ao longe, mesmo anônimos e fugitivos.... Seguem insuportáveis..

A Revolução Russa deu novo impulso ao anarquismo, já rejuvenescido no sindicalismo revolucionário. Essa afirmação pode surpreender o leitor, acostumado a considerar a grande transformação revolucionária de outubro de 1917 como obra e patrimônio exclusivo dos bolcheviques. A rigor da verdade, a Revolução Russa foi um vasto movimento de massas, uma onda de fundo popular que rejeitou e arrasou os grupos ideológicos. Não pertenceu a ninguém em particular; somente ao povo. Na medida em que constituiu uma autêntica revolução, impulsionada de baixo para cima, capaz de produzir espontaneamente órgãos de democracia direta, apresentou todas as características de uma revolução social de tendências libertárias. No entanto, a fraqueza relativa dos anarquistas russos impediu-lhes de explorar uma situação excepcionalmente favorável para alcançar o triunfo de suas ideias (GUÉRIN, 2003, p. 111).

Logo depois de 1917, a crítica anarquista começou a reverberar pela Rússia afora e fora da Rússia. Crítica à política acionada desde Lenin, pelo famoso grito de guerra “Todo o poder aos soviets!” transmutado em “Todo o poder ao partido bolchevique!”, na esteira de uma série infindável de disposições que davam ao governo a realidade nua de uma ditadura do proletariado — reconhecida sem meias palavras por Lenin. Do proletariado, dizia-se, mas ditadura.

Desde 1920 até 1930, por exemplo, o *Grupo Obrero de Ediciones en la República Argentina* publicou *Golos Truda*, um jornal de divulgação dos anarquistas russos exilados na Argentina que contava com a valiosa colaboração de Anatol Gorelik, anarquista da Ucrânia, que tinha chegado de um exílio anterior na Alemanha. Gorelik, autor de intensa atividade editorial, publicara no exílio o folheto “O anarquismo e a Revolução Russa” (2007), recolhido pelo historiador anarquista Frank Mintz,² cuja apresentação conta com estas breves e diretas palavras:

Este estudo demonstra como os marxistas-leninistas — em oposição aos marxistas parlamentares de vários países europeus — souberam se valer da máscara autogestionária e horizontalista dos soviets, que praticavam espontânea e profundamente os trabalhadores do campo e das cidades. Foram introduzindo a irrevogabilidade dos delegados até abarcar todos os cargos de comando. Autoproclamaram-se representantes da revolução e de seu futuro, para reedificar uma classe exploradora liquidando seus opositores (GORELIK, 2007, p. 29).

De fato, o texto de Gorelik entretece, junto à crítica radical à revolução política bolchevique, uma série de comentários à revolução, que vão da necessidade de extermínio dos anarquistas por parte dos líderes bolcheviques ao reconhecimento, por parte de diversos observadores estrangeiros, do importante

2 Frank Mintz organizou e apresentou alguns escritos de Anatol Gorelik, contribuindo, uma vez mais, para uma história cuidadosa do anarquismo. Nesse sentido, o trabalho de Mintz é de primeira importância, cabendo aqui a menção à edição argentina de seu mais recente trabalho sobre a Revolução Russa – cf. Mintz (2017).

papel desempenhado pelos anarquistas. Assim, de Lenin a John Reed, as palavras vão desenhando a intrincada amplitude de uma história que permanece, como só poderia permanecer, múltipla e polifônica, aberta a problematizações de atualidade renovada, não pelas datas comemorativas, mas pela urgência insistente das questões vívidas, escancaradas no fulgor dos dias. Contudo, mais do que essa polifonia crítica, talvez interesse hoje pensar a revolução enquanto revolução social, também política, mas antes social: pensar a revolução antes do jogo político-partidário, nas relações cotidianas e seus desdobramentos temporais afetivos, nas lembranças e expectativas capilares percorrendo os dias e as vidas dos anônimos sem-número que a história das revoluções desconhece:

A influência mais profunda e vigorosa sobre as massas, em sua inclinação para as tendências comunistas e cooperativistas na organização econômica da nova sociedade, foi exercida pelas convivências comunistas de tolstoianos e de diferentes seitas e irmandades religiosas e o movimento cooperativista que, já em tempos de guerra, contava em suas fileiras com mais de 12 milhões de almas. E a propaganda comunista dos anarquistas, os únicos que em 1917 propagavam na Rússia este conceito de reorganização econômica, encontrou um campo fértil de tal modo que a ideia do comunismo passou a ser, em pouco tempo, a ideia mais popular do povo russo, relegando todas as ideias estatais dos partidos políticos, inclusive o socialismo marxista, a um desconhecimento completo (GORELIK, 2007, p. 34).

Voltando a Tolstói, interessa pensar os anarquistas na Rússia revolucionária não enquanto movimento cristalizado em princípios ideais, mas enquanto força viva, que atravessa as profundidades político-partidárias estatais com a afirmação de relações num viver mais livre, que não nega e não redefine (como superação) a vida que advém e acontece em devir de outros tempos. Tolstói, próximo dos anarquistas, antecipa o gesto que se repetirá entre eles nos tempos revolucionários: o encontro direto com as existências subtendidas às ideias políticas, antes das palavras de

ordem e dos desígnios político-administrativos, estruturando uma ditadura para “o bem geral”.

Anatol Gorelik também nascera na Ucrânia, no porto de Guenichesk, em 1890. Também militarava desde jovem no anarquismo, o que também lhe valera, em repetidas ocasiões, a prisão e perseguições, primeiro pelo regime czarista, depois pelos bolcheviques. Em 1917, depois de idas e vindas de exílios que o levaram à França e aos Estados Unidos, encontrava-se na Ucrânia, em Ekaterinoslav, próximo dos makhnovistas já então perseguidos pela cúpula bolchevique. Em 1920, foi preso pelos bolcheviques, liberado em 1921 e preso novamente no mesmo ano, condenado a três anos de reclusão num campo de concentração, acusado de ser “anarco-contrarrevolucionário”. Depois de fazer greve de fome, foi liberado e foi imediatamente para um novo exílio. Gorelik também, como Nestor Makhno, tornara-se insuportável para os bolcheviques, assim como tinha sido para o regime czarista, explicitando uma continuidade em todo poder de Estado, constituído sobre a vontade de todos — tanto faz se em nome da tradição ou em nome da revolução.

(3)

À vida

Não colherás no meu rosto sem ruga
A cor, violenta correnteza.
És caçadora — eu não sou presa.
És a perseguição — eu sou a fuga.

Não colherás viva minha alma!
Acossado, em pleno tropel,
Arqueia o pescoço e rasga
A veia com os dentes — o corcel

Árabe.

(Marina Tzvietáieva, 1924)³

3 Retirado de BLOK *et ali* (2001, p. 221).

Em 1887 nascia, na aldeia de Andreivka, na província de Nisnelomov, Piotr Andrievich Marin, que se chamaria Piotr Arshinov, operário filho de operário — de Ekaterinoslav — que se tornaria, ele como tantos nas memórias do anarquismo, historiador e militante divulgador dessas memórias. Depois de se filiar, em 1904, aos bolcheviques do Partido Socialdemocrata Russo, editando o jornal dos operários ferroviários *Molot*⁴ (martelo), Arshinov passou a ser perseguido pelo regime czarista. Em 1906, fugiu para Ekaterinoslav, onde conheceu o anarquismo.

Entre 1906 e 1907, o regime czarista respondia às primeiras empreitadas revolucionárias com campanhas ensandecidas de perseguição e julgamento aos denominados rebeldes. Foi esse o tempo em que o jovem anarquista Arshinov realizou diversos atentados terroristas. Nos dias 22 e 23 de dezembro de 1906, Arshinov, junto a outros anarquistas, fez bombas explodirem em diversas delegacias de polícia em Nisnedneprovsk, perto de Ekaterinoslav, resultando, segundo Volin (ARSHINOV, 2008), na morte de três oficiais cossacos e agentes da polícia. Nem Arshinov nem seus companheiros foram incriminados por esse atentado, mas, logo depois, em 7 de março de 1907, um homem de sobrenome Vasilenko, chefe dos ferroviários de Aleksandrovsk, na província de Ekaterinoslav, morreu diante de uma multidão de operários, pela arma disparada por Arshinov. Vasilenko tinha denunciado mais de cem operários ao tribunal militar como implicados no atentado de dezembro do ano anterior, sendo eles assassinados ou enviados a campos de concentração. Dessa vez, Arshinov foi

4 Cabe anotar que, segundo o conhecido historiador anarquista russo Volin, na introdução da história do makhnovismo de Arshinov, o jornal *Molot* “[...] estava difundido em todas as linhas de trem da Rússia asiática e era de uma grande importância para o movimento revolucionário dos operários ferroviários” (ARSHINOV, 2008, p. 15). É possível dimensionar, com isso, tanto a extensão e intensidade da propaganda revolucionária de esquerda entre os trabalhadores russos, já no ano de 1905, como também a própria voz de Arshinov, que então com 18 anos e redator do jornal, já se fazia conhecido entre os operários. Dessa maneira, sua história do anarquismo na Rússia revolucionária, e em especial do movimento makhnovista, do qual participou e do qual se tornou o primeiro e principal arquivista, teve, desde sua aparição, particular força editorial entre anarquistas e entre bolcheviques. Ainda hoje permanece sendo livro de referência nessa história.

preso, torturado e condenado pelo tribunal militar à forca. Uma querela burocrática, entretanto, que determinou que o crime não seria de competência desse tribunal, mas do tribunal militar superior, atrasou a execução e deu a Arshinov a oportunidade de fugir, no dia 22 de abril de 1907, aproveitando as comemorações da Páscoa na prisão de Aleksandrovsk. A ação, que resultou na morte dos poucos guardas a serviço durante a missa, foi organizada e realizada por alguns anarquistas, que ofereceram a todos os presos a oportunidade de fuga. Quinze deles aproveitaram-na.

Arshinov se refugiou na França, mas voltou clandestinamente à Rússia em 1909, prosseguindo com uma intensa militância que ainda lhe valeria, em constante perseguição, a vida. Em 1910, foi preso pela polícia austríaca, por transporte de armas e literatura libertária para Rússia. Um ano depois foi reclamado pelo governo russo, que o condenou a 20 anos de trabalhos forçados na prisão de Boutyrki, em Moscou. Em Boutyrki, conheceu Nestor Makhno. Quando Arshinov e Makhno foram libertados, em 1917, a amizade entre eles já anunciava a força dos próximos encontros, em plena luta revolucionária, não só contra a reação conservadora russa e estrangeira do czarismo, mas depois também, e de maneira cada vez mais espetacular, contra os bolcheviques. Makhno foi a Moscou em 1918 para se encontrar com anarquistas e bolcheviques e, durante sua estada nessa cidade, hospedou-se na casa de Arshinov. Nessa ocasião, por certo, foi ao Kremlin, conversar com Lenin. Nada mais emblemático, segundo Alexandre Skirda (2001), do que fora, desde o início, para os anarquistas a revolução na Rússia:

Desorientado por essa evolução da revolução russa, Nestor Makhno decide realizar uma longa viagem pela Rússia revolucionária. Em suas peregrinações, ele constata a crescente ingerência do novo poder de Estado sobre a vida social e econômica e a exclusão dos trabalhadores das decisões que os concernem. Tendo chegado a Moscou, tem a oportunidade de encontrar, no Kremlin, Lenin. Durante essa entrevista, as duas concepções da revolução afrontam-se verbalmente, antes de descambar, em seguida, para a luta campal (SKIRDA, 2001, p. 11).

Com “essa evolução da revolução russa”, Skirda refere-se à política ditatorial encampada pelo Estado, já desde 1917. Os bolcheviques teriam, assim, transmutado o poder dos sovietes em poder do partido, desmontando as conquistas autogestionárias dos trabalhadores russos com a nacionalização e o controle pela burocracia estatal das fábricas e das cooperativas agrícolas. Ainda, em março de 1918, assinaram o tratado de Brest-Litovsk, celebrado entre o governo bolchevique e o Império Alemão, o Império Austro-húngaro, o Império Otomano e a Bulgária.

Em junho de 1918, encontrei-me com Lenin no Kremlin, a pedido de Sverdlov, então presidente do Comitê Executivo Pan-russo dos Sovietes. Referindo-me ao meu mandato de dirigente do Comitê de Defesa da Revolução na região de Guliai-Polie, informei a Lenin da luta desigual conduzida pelas forças revolucionárias na Ucrânia contra os invasores austro-alemães e seus aliados da Rada central ucraniana; ele discutiu comigo e, tendo observado meu apego camponês fanático à revolução e às ideias anarquistas que ela portava em si, assegurou-me que o poder soviético tinha começado uma luta, nos centros urbanos da revolução, não contra o anarquismo em si, mas contra os bandidos que o reivindicavam (...). (MAKNHO, 2001, p.30).

Em abril de 1919 e até 1921, com a derrota da revolta makhnovista, Arshinov permaneceu junto a Makhno. No começo de 1921, viu todos os seus companheiros de batalha serem massacrados pelos cossacos vermelhos, a mando dos bolcheviques. Escapara contra toda probabilidade, já ocupado com a escrita, igualmente improvável, de uma história do movimento makhnovista na Ucrânia. Em quatro ocasiões, foi despojado dos manuscritos e da vasta documentação que guardava sobre os fatos lembrados. Exilou-se em Berlim, assim como Gorelik, trabalhando então em intensa atividade editorial. Logo após sua chegada a Berlim, ainda no início da década de 1920, finalmente conseguiu publicar sua importante história do movimento makhnovista, embora numa versão bastante reduzida se comparada ao que poderia ter sido, por conta da violenta e reiterada perda do material documental.

Sobre esse trabalho, empreendido prometicamente por Arshinov, Volin comentou em 1923, na introdução:

No que se refere ao fundo essencial da *Makhnovschina*, a obra [de Arshinov] a coloca magistralmente em destaque. Ao mesmo tempo, o próprio termo *Makhnovschina* recebe, sob a pena do autor, um sentido bastante amplo, quase geral. O autor refere-se com esse termo a um movimento de classe — movimento revolucionário dos trabalhadores — particular, original e independente e que se faz aos poucos consciente de seus próprios caminhos e fins. O autor considera a *Makhnovschina* na Rússia como uma das primeiras e mais notáveis manifestações de um novo gênero de movimento das classes trabalhadoras e o opõe enquanto tal a outras forças e movimentos da revolução. Disso se deduz que o termo *Makhnovschina* é apenas fortuito. Se Makhno não tivesse existido, o movimento ainda assim existiria, pois existiriam sempre as forças vivas, as massas que o criaram e desenvolveram, somente levando Makhno na sua frente como chefe de guerra, dotado de grande talento. O fundo essencial do movimento teria sido o mesmo, apesar de que seu nome fosse outro e de que sua tendência ideológica tivesse outra definição, mais ou, ao contrário, menos precisa (ARSHINOV, 2008, p. 19 - 20).

Poder-se-ia deduzir da forte presença de Makhno na revolta libertária na Ucrânia uma suposta idolatria personalista. No entanto, o que se percebe é seu gesto sempre repetido de recusar toda autoridade cristalizada num poder sob seu nome. Outra maneira de se fazer uma revolução, que se confrontava na ponta da espada, na pele, tanto à ordem estatal instituída dentro e fora do império russo quanto à nova ordem, ainda estatal autoproclamada — e assim consagrada pela grande história — como revolucionária. Que revolução seria essa, então, empreendida pelos poucos rebeldes ucranianos? Poucos, vale dizer, diante dos muitos agentes das duas ordens contra eles, a “reacionária” czarista burguesa e a “revolucionária” bolchevique proletária:

Para os camponeses, o poder dos sovietes locais significava transformar esses órgãos em unidades territoriais autônomas, sobre a base de um agrupamento revolucionário e autogestionário socioeconômico dos trabalhadores, na via da construção de uma nova sociedade. Assim compreendendo esta palavra de ordem [Todo o poder aos sovietes], os camponeses a fizeram sua, aplicaram-na, desenvolveram-na e defenderam-na contra os ataques dos socialistas revolucionários de direita, dos cadetes e da contrarrevolução monarquista.

Outubro ainda não havia acontecido quando os camponeses, em inúmeras regiões, recusaram-se a pagar os impostos de arrendamento aos *pomestchikis*⁵ e aos *kulaks*,⁶ confiscaram-lhes as terras e o gado, em nome de suas coletividades, enviaram, em seguida, delegados ao proletariado das cidades para se entender com ele quanto ao controle das fábricas, empresas, etc., e estabelecer elos fraternos a fim de construir, juntos, a nova e livre sociedade dos trabalhadores (MAKHNO, 2001, p. 22).

Tal como descrito nas memórias de Arshinov, se a *Makhnovschina* lutou contra as forças conservadoras russas e estrangeiras e contra as forças bolchevistas, não foi, por princípio, um movimento de tipo militar. Surgiu e se consolidou antes da luta, pela afirmação de relações políticas e de produção diretas e descentralizadas, prescindindo da intermediação estatal, mesmo antes desta ser imposta pelo novo governo. Compunha com as ideias anarquistas uma afirmação ética de liberdades que incorporavam tradições comunais anteriores, inscritas nas existências cotidianas daqueles que estavam lá. Não houve imposição de uma doutrina de caráter universal, alegando qualquer idealismo de progresso ou superação de condições “cientificamente” concebido. Assim, segundo Volin, o livro de Arshinov:

5 Grandes proprietários de terra.

6 Camponeses ricos.

Estabelece dois pontos cardeais: a) as aspirações anarquistas apareceram na Revolução Russa — na medida em que se mostrou como uma verdadeira revolução das massas trabalhadoras, feita por elas próprias — não como uma utopia daninha de fantásticos sonhadores, mas como um movimento revolucionário dessas massas, perfeitamente concreto e real; b) “como tal”, tem sido consciente, cruel e cobardemente aplastado pelo bolchevismo (ARSHINOV, 2008, p. 23).

Pode-se pensar, agora, que a revolução social, ao afirmar, em práticas de ampliação de liberdades, novas relações sociais que dispensam a atávica prática moral da tutela (sobre os pecadores, sobre os doentes, sobre os pobres, sobre os trabalhadores, sobre as crianças, sobre os índios, sobre as mulheres... tanto faz!), incomoda aqueles que desejam o Estado, dissolve as orgulhosas e pomposas diferenciações de direita e esquerda, de conservação e revolução, de bem e de mal de quaisquer tons e se torna insuperável precisamente na medida em que efetiva, dispara espaços de liberdade em movimento, diretos, fora das representações ideais.

No ensaio *A revolução social é portadora de uma mudança de valores*, Emma Goldman (2007) questiona, ao pensar a revolução na Rússia, aquele postulado do marxismo que determina como condição *sine qua non* para a realização da revolução operária um capitalismo industrial avançado que eleve ao máximo as contradições nas relações de produção. Se países como os Estados Unidos e a Alemanha, já em 1917, apresentariam as condições suficientes para a consolidação de uma consciência revolucionária de classe entre o operariado industrial — o que, mesmo assim, não aconteceu —, mais contundente ainda seria a explícita desarticulação do pressuposto ideal que se observa na revolução social que aconteceu entre camponeses ou operários ucranianos “atrasados”, em princípio despojados de qualquer capacidade política:

No que concerne à “maturidade” econômica, no sentido marxiano do termo, não se deve esquecer que a Rússia é, sobretudo, um país agrário. O raciocínio implacável de Marx pressupõe a transformação da população camponesa numa sociedade industrial, altamente desenvolvida, que fará amadurecer as condições sociais necessárias a uma revolução.

Mas os acontecimentos na Rússia, em 1917, mostraram que a revolução não espera esse processo de industrialização e — mais importante ainda — que não se pode fazer a revolução esperar. Os camponeses russos começaram a expropriar os proprietários rurais e os operários apoderaram-se das fábricas sem tomar conhecimento dos teoremas marxistas. Essa ação do povo, pela virtude de sua própria lógica, introduziu a revolução social na Rússia, transtornando todos os cálculos marxianos. A psicologia do eslavo provou que era mais sólida que todas as teorias social-democratas (GOLDMAN, 2007, p. 80 - 81).

Na revolução na Rússia, assim como, por exemplo, na Espanha alguns anos mais tarde, às datas históricas subtendem acontecimentos de invenções de liberdades. Isso não se dá em nome de uma suposta autoria anarquista desses gestos, mas em meio a uma intensidade libertária, sem centro e sem comando, que consegue compor com forças vivas, no cotidiano das relações e dos costumes, ideias-força que possibilitam pensar sem o Estado, sem aquilo que Gilles Deleuze (1998) chama de forma Estado do pensamento, abrindo espaços em que se torna possível e urgente, como interessava a Proudhon (1947), ser mais livre — em vez de ser melhor governado. Mais do que uma atualidade do anarquismo, haveria no ponto de vista aqui proposto um pensar que prolonga, reinventando no presente, esse gesto libertário que incomoda esquerdas, centros, direitas e o que quer que se entenda como salvação, necessariamente acima de tudo. Isso, enfim, que percorre os anarquismos, as anarquias, como revolução social, antes das denominações, acontece enquanto invenções coletivas de liberdades, existências mais livres. Algo a ser inventado...

Procura para ti amigas confiantes
Que não prefiram o número ao milagre.
Sei muito bem — Vênus é obra das mãos,
Artífice que sou — conheço a minha arte.

Desde os mutismos altamente solenes
Até o espezinhar completo da alma:
Todas as escadas divinas — desde:
A minha respiração — até ao: não respire!
(Marina Tsvetáeva, 1922)⁷

⁷ Retirado de Tsvetáeva (2001, p. 27).

REFERÊNCIAS

- ARCHINOV, P. **Historia del movimiento makhnovista**: 1918-1921. Tradução de Volin e Diego Abad de Santillán. Buenos Aires: Tupac Ediciones; La Malatesta, 2008.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- BERKMAN, A. Nestor Makhno, o homem que salvou os bolcheviques. In: MAKHNO, N.; SKIRDA, A.; BERKMAN, A. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. Tradução de Alexandre Skirda (russo) e Plínio Augusto Coelho (francês). São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2001, p. 49 - 80.
- BLOK, A. *et alli*. **Poesia russa moderna**. Tradução de Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Boris Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FOUCAULT, M. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 197 - 200, 1993.
- GOLDMAN, E. **O indivíduo, a sociedade e o Estado — e outros escritos**. Tradução e organização de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.
- GORELIK, A. **El anarquismo en la Revolución Rusa**. Buenos Aires: Libros de Anarres; La Plata: Terramar, 2007.
- GUÉRIN, D. **El anarquismo**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2003.
- MAKHNO, N. El anarquismo y nuestros tiempos. **The Nestor Makhno Archive**, [online], 1925. Disponível em: <<http://www.nestormakhno.info/spanish/tiempo.htm>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- _____. **A “Revolução” contra a revolução**: a Revolução Russa na Ucrânia, março 1917 - abril 1918. Tradução de Milton José de Almeida. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. O grande outubro na Ucrânia. In: MAKHNO, N.; SKIRDA, A.; BERKMAN, A. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. Tradução de Alexandre Skirda (russo) e Plínio Augusto Coelho (francês). São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2001, p. 19 - 25.
- MINTZ, F. **A cien años de la Revolución Rusa**: de los sóviets libres a la restauración de los privilegios. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2017.
- PIPES, R. **História concisa da Revolução Russa**. Tradução de T. Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- PROUDHON, P. **Las confesiones de un revolucionario para servir a la historia de la revolución de febrero de 1948**. Tradução de Diego Abad Santillán. Buenos Aires: Americalee, 1947.

REIS FILHO, D. A. As revoluções russas. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (orgs.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 37 -59.

SKIRDA, A. Nestor Makhno e a luta dos camponeses na Ucrânia pelos soviets livres. In: MAKHNO, N.; SKIRDA, A.; BERKMAN, A. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. Tradução de Alexandre Skirda (russo) e Plínio Augusto Coelho (francês). São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2001, p. 9 – 15.

TOLSTOI, L. **Ressurreição**. Tradução e apresentação de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

TSVETÁEVA, M. **Depois da Rússia (1922-1925)**. Tradução de Nina Guerra e Filipe Guerra. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

VOLIN. **La revolución desconocida (1917-1921)**. Buenos Aires: Proyección, 1977.